



RELATÓRIO TCE 2021

Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e do desempenho da gestão



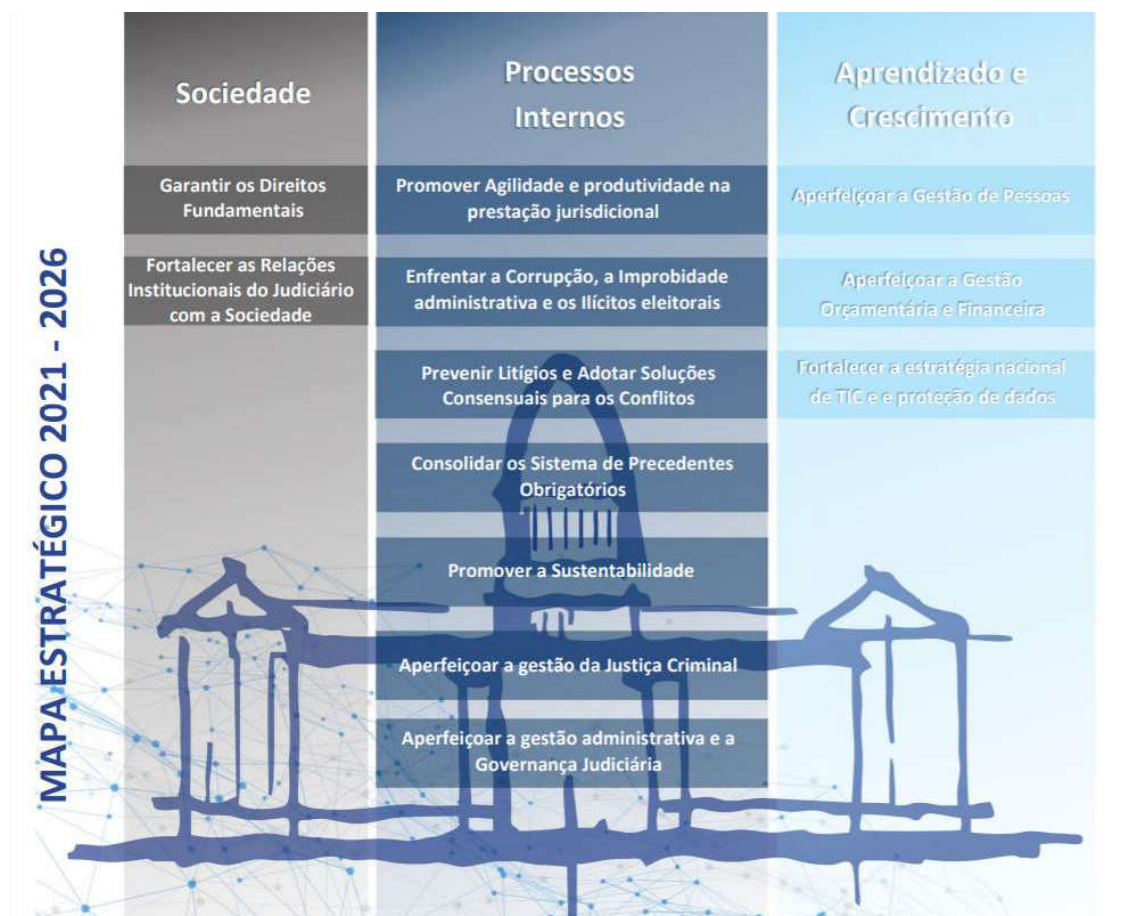
APRESENTAÇÃO

O PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO PUBLICOU O PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO PARA O PERÍODO DE 2021 A 2026, EM SET/2021, CONTEMPLANDO UM CONJUNTO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E INICIATIVAS EM ALINHAMENTO COM AS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E MACRODESAFIOS PROPOSTOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), COM O OBJETIVO DE ATENDER AOS DESAFIOS MENCIONADOS.

OBJETIVO

ESTE RELATÓRIO TEM COMO OBJETIVO APRESENTAR O ANDAMENTO DAS AÇÕES PROMOVIDAS NA BUSCA DO CUMPRIMENTO DA MISSÃO INSTITUCIONAL E DO DESEMPENHO DA GESTÃO NO ANO DE 2021.

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026





OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Projeto Semana de Autoinspeção 2020 e 2021

Descrição:

Instaurada pelo ATO CONJUNTO Nº12, de 19 de junho de 2018, objetiva promover maior estímulo à prática de gestão cartorária nas unidades judiciárias e agilizar o encerramento adequado dos processos, com a baixa ou arquivamento definitivo, gerando, conseqüentemente, uma redução no acervo de processos e na taxa de congestionamento do TJPE.

Resultados Alcançados em 2021:

Na Autoinspeção 2021, houve um impulsionamento total de 71.009 processos, o que corresponde a 33,27% do alvo de 213 mil. Analisados isoladamente, os processos FÍSICOS atingiram 22,73% de Impulsionamento, totalizando 25.156 processos arquivados (definitivo ou provisoriamente), baixados, suspensos e remetidos em recurso. Quanto aos processos ELETRÔNICOS, o percentual de 44,63% do alvo foi atingido, de modo que restaram impulsionados o total de 45.853 processos.

Pode-se concluir que o objetivo de promover maior estímulo à prática de gestão cartorária nas unidades judiciárias e agilizar o encerramento adequado dos processos, com a conseqüente redução no acervo de processos e da taxa de congestionamento do TJPE, foi alcançado.

Houve redução no acervo de processos pendentes. Ainda se percebe aumento no número de processos baixados, o que levou a melhoria da taxa de congestionamento geral do TJPE, que caiu de 80,94% em julho para 73,29% em setembro (23.09.2021). Vale ressaltar que parcela desses resultados foi alcançada a partir de ações, concomitantemente, promovidas pela Governança dos Executivos Fiscais.



Figura 1 - DASHBOARD DOS RESULTADOS



Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Descrição:

Disseminar a justiça eletrônica em todo o estado de Pernambuco e em todos os segmentos da justiça, proporcionando maior acessibilidade e agilidade aos atos processuais.

Resultados Alcançados:

- Em 2021:
 - Foi implantado o **PJe Criminal e Infracional** (expansão para todas as unidades criminais e infracionais do primeiro grau, 18 pólos de Custódia e Central de Flagrantes de Recife);
 - PJe **Plantões**: implantação em todos as 18 Sedes de Plantão.

Com isso atingimos um total de 137 comarcas e todos os órgãos julgadores com o PJe implantado. O acervo atual do tribunal (dez/21) corresponde a:

- Processos Eletrônicos: 1.212.867 (74,5%)
- Processos Físicos: 416.098 (25,5%)

Digitalização de Processos Físicos

Descrição:

A Digitalização de Processos tem como objetivo migrar os processos físicos para o PJe para que se tenha uma justiça 100% digital com mais acessibilidade, segurança e celeridade.

Resultados Alcançados:

O projeto já viabilizou a migração de **107 mil processos** para o PJe, o que representa mais de 20% dos processos físicos.

O projeto conta com uma fase de digitalização através de empresa terceirizada e migração/cadastramento no PJe por meio de servidores das unidades judiciais.

Expansão do SEEU

Descrição:

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) é a ferramenta que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país. O sistema foi adotado como política nacional pelo CNJ em 2016 e é regido pela Resolução 223/2016 e pela Resolução 280/2019.



Resultados Alcançados:

Este projeto tem como objetivo a Expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), instituído pelo CNJ através da Resolução 223/2016 de 27 de maio de 2016, para todas as unidades judiciais que têm como competência a classe Execução Penal e ainda não utilizam este sistema, o que abrange **133 unidades**.

Foi publicada a instrução normativa conjunta nº 11, de 20 de agosto de 2021, a qual definiu e tornou público o cronograma de expansão e implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada - SEEU no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado de Pernambuco.

Juízo 100% Digital

Descrição:

O Juízo 100% Digital, baseado na Resolução CNJ no 345/2020, é a possibilidade de o cidadão valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente nos Fóruns, uma vez que, no “Juízo 100% Digital”, todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, pela Internet. Isso vale, também, para as audiências e sessões de julgamento, que vão ocorrer exclusivamente por videoconferência.

Resultados Alcançados:

A partir da Portaria conjunta 04/2021, para aderir ao Juízo 100% digital a Unidade deve enviar pedido de adesão à Coplan. O pedido será respondido como aceito ou não (o critério de aceitação é se a unidade possuir mais de 50% de processos eletrônicos em tramitação).

Somam hoje um total de 77 unidades aderentes, considerando (dados até 26/11/2021):

- 13 em 30/11/2020 (Projeto Piloto – Portaria Conjunta 23/2020)
- 60 em Julho/2021 (1ª Expansão: a maior parte por Portaria Conjunta 04/2021)
- 03 em Agosto/2021
- 01 em Outubro/2021

Quantitativo de Processos que tramitam no formato Juízo 100% Digital: **4.012**

Núcleo de Justiça 4.0 – Gabinete Virtual do 1º Grau e o Juizado Especial Fazendário de Medicamentos

Descrição:

Os Núcleos de Justiça 4.0, baseado na Resolução CNJ no 385/2021, permitem o funcionamento remoto, totalmente digital, proporcionando maior agilidade e efetividade



à Justiça, pois atendem a todos que procuram a Justiça em busca de solução para litígios específicos, sem exigir que a pessoa seja obrigada a se deslocar até um fórum para comparecer a uma audiência. Os processos do Núcleo 4.0 tramitam no juízo 100% digital.

Resultado:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) instituiu o Núcleo de Justiça 4.0 – Gabinete Virtual do 1º Grau e o Núcleo de Justiça 4.0 – Juizado Especial Fazendário de Medicamentos. As iniciativas piloto, instituídas pelos Atos Conjuntos 32/2021 e 33/2021, respectivamente.

O Núcleo de Justiça 4.0 – Juizado Especial Fazendário de Medicamentos será responsável pelo processamento e julgamento de ações de competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública Estadual referentes, exclusivamente, a pedidos de fornecimento de medicamentos.

o Núcleo de Justiça 4.0 – Gabinete Virtual do 1º Grau atuará no apoio às unidades judiciárias em processos conclusos para sentença que estejam contidos no alvo para o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Projeto da Estratégia Diferenciada dos Executivos Fiscais

Descrição:

Expansão da Governança da Estratégia Diferenciada para os Executivos Fiscais nas Varas de maior acervo em todo o Estado.

Resultado 2021:

- Atualmente, 12 (doze) Unidades fazem parte da Estratégia Diferenciada dos Executivos Fiscais, sendo as Unidades de maiores acervos de processos de Execução Fiscal no TJPE.
- Janeiro 2021: Foram arquivados 6.720 processos físicos das diversas varas constantes na lista publicada no anexo da Portaria Conjunta nº 22/2020 - Executivos Fiscais Estaduais
- Abril 2021: Foram arquivados 10.887 processos PJe da 1ª Vara da Fazenda de Olinda.
- Junho 2021: Foram **arquivados 66.502** processos PJe da Vara dos Executivos Fiscais de Jaboatão e 39.138 processos físicos da Vara de Fazenda Pública de Paulista.
- Setembro 2021: Foram **arquivados 73.388** processos PJe da Vara de Fazenda Pública de Paulista.
- Novembro 2021: Foram arquivados 6.276 processos eletrônicos, sendo 1.324 da 1ª Vara Fazenda Olinda e 4.952 da 2ª Vara da Fazenda Olinda.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Garantir os Direitos Fundamentais

Meta 9 CNJ – 2020 e 2021

Descrição:

A meta 9 foi criada em 2020 pelo CNJ com o intuito de fortalecer as ações direcionadas a Agenda 2030 da ONU e seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Judiciário. O objetivo foi identificar classes e assuntos com mais processos que atendessem a um ODS e escolhesse um desses assuntos para desenvolvimento de um projeto.

2021 – ODS1 – Erradicação da Pobreza

O projeto desenvolvido foi o **Moradia Legal** tem o objetivo de efetivar as políticas públicas asseguradoras de direitos sociais (moradia), contribuindo, indiretamente, na prevenção de novos litígios e, conseqüentemente, com a efetividade da prestação jurisdicional. De acordo com o IBGE 76,1% da população urbana não tem boas condições de vida nas cidades e 50% dos imóveis com alguma irregularidade fundiária.

As linhas de ação foram:

Linha 1: Regularização Fundiária Urbana (Reurb-S) já desenvolvida em 88 municípios de Pernambuco.

Linha 2: Desjudicialização (direta - baixa processual), visando a reduzir o acervo processual de usucapião especial, com realização de **Mutirão Fundiário** e **priorização** de áreas objeto de usucapião.





OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

Criação da Coordenadoria de Governança de Dados

Descrição:

A coordenadoria de Governança de Dados foi instituída pela resolução 449/2021 do TJPE com o intuito de conferir maior atenção aos dados estatísticos de produtividade de magistrados e servidores, às variáveis e indicadores do Justiça em Números, aos requisitos do Prêmio de Qualidade CNJ, ao acompanhamento e direcionamento das ações e atividades relacionadas ao desempenho estatístico, ao saneamento do *DataJud* (base nacional de dados do Poder Judiciário instituída pelo CNJ) e à efetiva gestão das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ.

Resultados Alcançados:

A governança de Dados foi responsável por vários projetos nesse ano de 2021, como por exemplo:

- a implantação de diversas iniciativas que culminaram na obtenção, pela primeira vez, do Prêmio CNJ de Qualidade (Selo Prata);
- maior percentual no Ranking Nacional da Transparência do CNJ (94,2%);
- o saneamento do DataJud;
- melhoria na semana de auto-inspeção;
- acompanhamento minucioso do cumprimento das metas nacionais;
- contribuição com os novos critérios das inspeções ordinárias alinhados aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade.

No 2. Grau podemos destacar:

- Identificação e saneamento de 5266 processos que deveriam estar com status de suspensão, mas não estavam refletindo essa movimentação pelo PJe.
- Identificação e saneamento de 750 processos que pertencem ao acervo em tramitação do 2º grau, mas ainda em 2021 estavam vinculados a desembargadores aposentados, o que impacta negativamente a prestação do serviço jurisdicional e os indicadores de desempenho do TJPE.



Prêmio CNJ de Qualidade

Descrição:

O Prêmio CNJ de Qualidade é um programa promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para incentivar os tribunais a buscarem constantes meios de aprimoramento na construção de um Judiciário cada vez melhor. O prêmio avalia critérios sistematizados em quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Tecnologia.



Resultados Alcançados:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conquistou o Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade. Esta é a primeira vez que o Judiciário estadual pernambucano é premiado nesta iniciativa. O TJPE alcançou a pontuação de 60,2% na premiação.

Com base na Portaria CNJ nº 135/2021, a premiação deste ano apresentou avanços em relação ao ano anterior, tendo sido implementadas mudanças nos critérios de pontuação e avaliação a pedido dos tribunais, considerando a situação emergencial do país e, consequentemente, do Poder Judiciário, com o enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O TJPE apresentou grande avanço na edição do prêmio 2021 e atendeu requisitos importantíssimos para melhoria da prestação do serviço jurisdicional. Cito como exemplos a instalação de Núcleos de Justiça 4.0 - Juizado Fazendário de Medicamentos, destinado a apreciar pedidos de fornecimento de medicamentos; a ampla capacitação de juízes com atuação na área de Violência Doméstica; a criação de um órgão central de Justiça Restaurativa, em conformidade com a Resolução nº. 225/2016; e a implantação do Juízo 100% Digital em dezenas de unidades judiciais do Estado, conforme Resolução CNJ no 345/2020.

Ranking da Transparência

Descrição:

Instituído pela Resolução CNJ 260/2018, considera a necessidade de acompanhar a divulgação de informações e valorizar aqueles que se destacam por clareza e organização de acordo com as informações veiculados na página do tribunal na internet.

Resultados Alcançados:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em 2021, ficou na nona posição no ranking de transparência da informação divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em comparação a 2020, o percentual que mede a transparência passou de 89,73%, para 94,20%, em 2021. O resultado reflete as ações desenvolvidas pela Governança Estratégica de Dados do Judiciário Estadual pernambucano em conjunto com a



Corregedoria Geral de Justiça do Estado (CGJ-PE) e a Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Coplan).

São um total de 83 critérios considerados na análise, os quais são relacionados a estrutura organizacional, serviço de informações aos cidadãos, disponibilidade de banco de dados pesquisável, planos estratégicos, planos orçamentários, gestão fiscal, visibilidade dos telefones de contato e horário de funcionamento das unidades, entre outros.

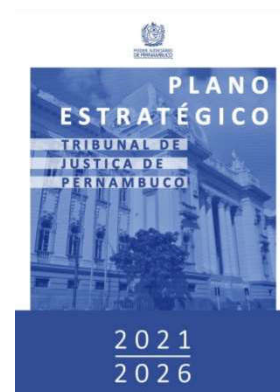
Novo Planejamento Estratégico 2021-2026

Descrição:

Foi elaborado o novo Plano Estratégico do TJPE para o sexênio 2021 a 2026. O Plano atende a Resolução CNJ 325/2020 que define as diretrizes nacionais para o judiciário e os novos indicadores que serão medidos para verificar o atendimento aos objetivos.

Resultados Alcançados:

A elaboração do novo Plano se deu no período de abril a junho de 2021, sendo um trabalho conduzido pela COPLAN, com o apoio da Governança de Dados e do IDEIAS.



O projeto partiu de uma consulta pública aberta para todo o tribunal e para a sociedade (Ex.: OAB e MPPE) com o objetivo de entender os problemas enfrentados pelos usuários da justiça de forma mais precisa e levantar ideias de soluções, foram recebidas mais de 100 contribuições.

A segunda de fase foi de oficinas temáticas da área meio e da área fim. Foram um total de 15 oficinas usando técnicas de design thinking e construção colaborativa de soluções para os desafios escolhidos, envolvendo mais de 100 magistrados e servidores dos diversos segmentos, como: cível, cível especializada, competência geral, criminal, infância e juventude, juizados, conciliação, improbidade administrativa, precedentes obrigatórios, tecnologia da informação, gestão de pessoas, orçamento, contabilidade, entre outros.

Esse trabalho culminou na publicação do Plano estratégico do TJPE para o período de 2021 a 2026 e está publicado na Resolução 459/2021 do TJPE e no portal: <https://www.tjpe.jus.br/web/planejamento/pe-2021-2026>



Agregação de Comarcas

Descrição:

Publicação da RESOLUÇÃO Nº 445, DE 14 DEZEMBRO DE 2020 que dispõe sobre a agregação de Comarcas no Estado de Pernambuco, nos moldes disciplinados no art. 9º da Resolução n. 184, de 06 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

Resultado Alcançado:

Em 2021 foram agregadas 13 comarcas, a saber: Belém de Maria, Ibirajuba, Calçado, Jataúba, Lagoa do Ouro, Primavera, São Vicente Férrer, Moreilândia, Palmeirina, Joaquim Nabuco, Buenos Aires, Brejão e Chã Grande.

Foram publicados os seguintes normativos:

- Portaria TJPE 22/2021 – Estabeleceu o cronograma de desinstalação e agregação das comarcas piloto;
- Portaria TJPE 29/2021 – Estabeleceu o cronograma de desinstalação e agregação das demais 10 comarcas.

Justiça em Números

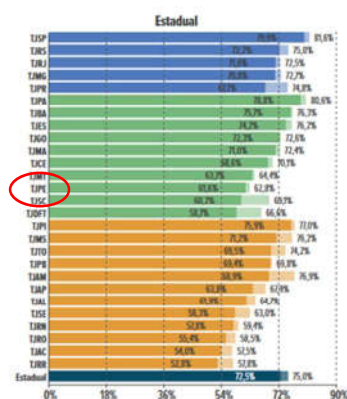
Descrição:

O Justiça em Números é a principal fonte de estatísticas oficiais do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira.

Resultados Alcançados 2021:

Em 2021 (dados referentes a 2020) o TJPE a menor **taxa de congestionamento** total entre os tribunais de médio porte, chegando a 62,8%. Essa taxa representou a terceira menor taxa líquida entre os tribunais de médio porte, menor taxa na fase de execução, taxa total e líquida abaixo da média nacional em mais de 10% e redução de 9% em relação a 2019 (71,8%). Outros dados relevantes:

- Casos Novos = 513.078 (Ano anterior = 668.870);
- Casos Pendentes = 1.722.142 (Ano anterior = 2.166.273);
- Casos Baixados = 1.017.704 (Ano anterior 849.345);





Sobre o **Índice de Produtividade dos magistrados (IPM)**, que mede a relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados que atuaram durante o ano. O TJPE alcançou a média de 1.957 casos baixados por magistrado.

As ações de baixa em lote (executivos fiscais) ajudaram a aumentar o IPM, em especial do 1º grau. O IPM do 1º grau do TJPE ocupou a terceira posição entre os tribunais de médio porte.

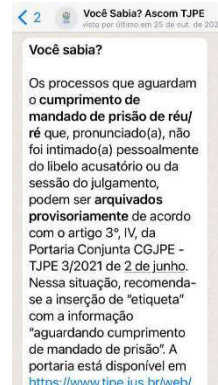


Canal: VOCÊ SABIA?

Descrição:

Utilização do WhatsApp Business para prestar informações institucionais da Presidência e da CGJ a magistrados e servidores no Canal denominado VOCÊ SABIA?

Diariamente, por um canal de fácil e rápido acesso, os magistrados e servidores se mantem atualizados sobre normativos, boas práticas, decisões e fatos relevantes que impactam nas suas atividades jurisdicionais.





OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Promover a Sustentabilidade

Novo Plano de Logística Sustentável

Descrição:

Plano de Logística Sustentável busca definir iniciativas e metas para melhoria de práticas sustentáveis na instituição, conforme Resolução CNJ nº 201/2015.

Resultados Alcançados 2021:

Elaborado novo Plano de Logística Sustentável, Publicado no dia 14 de outubro de 2021, adequando-se à Res. CNJ nº 400/2021, que instituiu a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, contou com a inserção de novos temas de apoio ao serviço administrativo e Aquisições e Contratações).



Iniciativas de Sustentabilidade

Descrição:

O núcleo de sustentabilidade do TJPE liderou diversas ações para disseminar as práticas de sustentabilidade no âmbito do poder judiciário e a sensibilização de seus colaboradores.

Resultado Alcançado:

Algumas das ações de sustentabilidade implementadas em 2020 e 2021:

- Semana do Meio Ambiente
- Parceria com a comissão Ecos de Pernambuco





- CURSOS ON-LINE – temas relevantes com autoridades no assunto.
- Campanha educativa Dia Mundial da Água – vídeos curtos sobre uso consciente dos recursos. Mais de 1.400 visualizações.
- Coleta de óleo de fritura – no biênio foram recolhidos mais de 120 litros de óleo, o que deixou de contaminar 2.4 milhões de litros de água.
- Colaboração ao Programa “Mundo limpo, vida melhor”
- Descarte sustentável de Pilhas e Baterias portáteis
- Reinício das Feiras Orgânicas no TJPE
- Aquisição de 200 coletores ecológicos - utilizando-se o reaproveitamento de tubos de aparas de creme dental.
- Descarte sustentável de mais de 5.000 lâmpadas fluorescentes para o descarte correto.





OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados

Saneamento do DATAJUD

Descrição:

DATAJUD - Consiste em um novo sistema de acompanhamento estatístico nacional, que foi lançado pelo CNJ em 25/05/20, tendo por finalidade promover o saneamento de dados e o gerenciamento das informações de processos em todo País, mediante o envio automatizado das informações de cada Tribunal ao CNJ.

Resultados Alcançados:

Em atendimento ao cronograma de atualização da base do DATAJUD definido pelo CNJ, o TJPE executou o tratamento de suas informações conforme as Regras de Negócios definidas no Workshop, até julho de 2020. No referido mês foi enviada ao CNJ uma nova carga de dados decorrente do trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que contou com a participação de juízes designados para essa atividade de atualização da base, conforme ATO 437/TJPE de 22/07/20, em parceria com a COPLAN e SETIC do TJPE.

O resultado do trabalho dessa equipe multidisciplinar culminou com o gerenciamento, em primeiro ciclo de análise, sobre uma massa de informações de 4.716.155 processos, permitindo a identificação de várias melhorias mapeadas.

Deve-se salientar que o DATAJUD-CNJ demanda um trabalho de revisão e atualização contínua de informações por parte dos Tribunais de todo país e que o Conselho Nacional de Justiça passou a utilizar-se dessas informações, neste ano de 2020, para pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade.



PROGRAMA AÇÕES / SUBAÇÕES	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DEPESA LIQUIDADADA	% DESPESAS LIQUIDADADAS / DEPESA AUTORIZADA	PRODUTO	META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	COMENTÁRIOS	INDICADOR DO PROGRAMA
1. 0577 - Efetividade na Prestação Jurisdicional								
1.1 4428/A585 - Aperfeiçoamento das Atividades de Prestação Jurisdicional dos Juizados Especiais	R\$ 50.000,00	R\$ -	0,0%	PROCESSOS JULGADOS	80.000	109.791	<p>Algumas ações realizadas nos Juizados em 2021 com objetivo de melhoria da prestação jurisdicional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atuação da Secretaria Nemora; - realização dos Multirôtes Eletrônicos de Sentenças; - o auxílio na implantação do Sistema PJe Criminal; - instalação do ECRC de Surubim (ampliando o serviço ao jurisdicionado) - parceria com o Centro de Inteligência do TJPE para acompanhamento das demandas predatórias (com o fim de evitar que essas travem a celeridade no Sistema de Juizados). 	NE de Processo Julgado
1.2 4428/A586 - Aperfeiçoamento das Atividades de Prestação Jurisdicional do 1º e 2º Graus	R\$ 4.400.000,00	R\$ 1.392.560,05	31,6%	PROCESSOS JULGADOS	330.000	324.788	<p>Algumas ações realizadas no 1.º, 2.º grau, em 2021 com objetivo de melhoria da prestação jurisdicional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - melhoria da ação da Semana de Autoinspeção - Saneamento do DATAUD - Agregação de Comarcas 	NE de Processo Julgado
1.3 1959/4317 - Disseminação de Justiça eletrônica	R\$ 200.000,00	R\$ 95.120,00	47,6%	ORGAO JULGADOR BENEFICIADO	82	36	<p>Durante o exercício de 2021 foram implantados no sistema PJe os órgãos Julgadores abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi implantado o PJe Criminal e Infrafuncional (expansão para todas as unidades criminais e infrafuncionais do primeiro grau, 18 polos de Custódia e Central de Flagrantes de Recife; - PJe Plantões: implantação em todos as 18 Sedes de Plantão; - Digitalização dos processos físicos (O projeto já viabilizou a migração de 107 mil processos para o PJe, o que representa mais de 20% dos processos físicos.) 	NE de unidades judiciárias beneficiadas
1.5 1959/4334 - Implementação de iniciativas de celeridade processual no 1º e 2º Graus	R\$ 5.000.000,00	R\$ 2.506.022,03	50,1%	PROJETO IMPLANTADO	1	1	<p>Algumas iniciativas de Celeridade Processual implantadas em 2021:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto da AUTOINSPEÇÃO 2021 - Expansão do SEUJ - Juízo 100% Digital - Núcleo de Justiça 4.0 – Gabinete Virtual do 1º Grau e o Juizado Especial Fazendário de Medicamentos - Projeto da Estratégia Diferenciada dos Executivos Fiscais - a implantação de diversas iniciativas que culminaram na obtenção, pela primeira vez, do Prêmio CNJ de Qualidade (Selo Prata); - maior percentual no Ranking Nacional da Transparência do CNJ (94,2%); 	Projeto implantado